

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

MARCELO SOUZA E SILVA AMARO DA SILVEIRA

BREXIT

O Reino Unido face ao projeto de integração europeia

Porto Alegre

2018

BREXIT

O Reino Unido Face ao projeto de Integração Europeia

Trabalho de conclusão submetido ao
Curso de Graduação em Relações
Internacionais da Faculdade de Ciências
Econômicas da UFRGS, como requisito
parcial para obtenção do título Bacharel
em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Luiz
Augusto Estrella Faria

Porto Alegre

2018

BREXIT

O Reino Unido face ao projeto de Integração Europeu

Trabalho de conclusão submetido
ao Curso de Graduação em
Relações Internacionais da
Faculdade de Ciências
Econômicas da UFRGS, como
requisito parcial para obtenção do
título Bacharel em Relações
Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, 26 de Junho de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Luiz Augusto Estrella Faria – Orientador
UFRGS

Prof. Andres Ernesto Ferrari Haines
UFRGS

Prof. Carlos Eduardo Schonerwald da Silva
UFRGS

RESUMO

Este trabalho foi elaborado com o intuito de criar uma compreensão dos eventos ao redor da decisão tomada em referendo pela saída do Reino Unido da União Europeia. Para tanto, o presente trabalho busca analisar os eventos e motivações por trás da criação do projeto de integração europeu, compreender os motivos que fazem com que o Reino Unido tardiamente passe a se tornar membro desse mesmo projeto, e, por fim, avaliar o que motivou a ocorrência do referendo e o resultado do mesmo.

Palavras-chave: Relações Internacionais. Brexit. Reino Unido. União Europeia. Integração Internacional.

ABSTRACT

This work was elaborated with the aim of building an understanding of the events around the decision taken through a referendum of the United Kingdom ending its membership of the European Union. With this goal, this work attempts to analyze the events and motivations surrounding the beginnings of the European integration project, the reasons that led to the United Kingdom joining this project at a later date, at the end, evaluate what brought the taking place of this referendum and its result.

Keywords: International Relations. Brexit. United Kingdom. European Union. International Integration.

SUMÁRIO

Sumário

1. Introdução	9
2. A Formação da União Europeia	11
3. O Reino Unido face ao projeto europeu	21
4. BREXIT	34
5. Considerações Finais	48
Bibliografia	50

1. INTRODUÇÃO

24 de junho de 2016. A imprensa ocidental participava, em sua primeira página, a decisão tomada pelo Reino Unido, em referendun, de sua saída da União Europeia. A relevância atribuída ao *Brexit* pela imprensa evidência a importância do fato nas relações internacionais. Na realidade, o *Brexit* lança uma dúvida sobre a direção e o futuro do bloco e do Reino Unido, antecipando uma nova configuração das relações no cenário europeu e possíveis impactos econômicos e políticos.

É preciso, porém, considerar que a decisão britânica coloca, também, em questão a idealização atribuída, até então, ao processo de integração dos países europeus. A esse propósito, cabe lembrar que, conforme os modelos de estágios de integração de Balassa, sustentava-se até então ser a União Europeia o projeto de integração mais avançado da atualidade, com tarifas externas comuns, livre circulação de bens dentro do bloco, livre circulação de fatores de produção, moeda comum ao bloco e um projeto de unificação da política econômica externa. Nessa mesma perspectiva, Gudynas e Bunomo em *Diccionario en Integracion e Comercio* tomam como exemplo a União Europeia ao definir o sentido de “integração” (GUDYNAS; BUNOMO, 2017).

Ora, o *Brexit* britânico fragiliza a concepção da UE como modelo exemplar de integração internacional e, por consequência, desperta questionamentos sobre o efetivo interesse do Reino Unido de participar do projeto de integração muito antes do momento atual. É motivado por essa questão que o presente trabalho se propõe a revisar o processo de constituição da UE, examinando em especial as relações postas entre o Reino Unido para com o restante da Europa no contexto do projeto de integração.

Com tal propósito, a reflexão tem amparo em uma pesquisa bibliográfica, onde se destacam os textos dos tratados de constituição da União Europeia, obras de ciência política e sites institucionais.

O trabalho, em seu primeiro capítulo, busca identificar os interesses sócio, políticos e econômicos que originaram a constituição da União Europeia à partir da análise dos atos diplomáticos firmados desde a segunda grande guerra: Carta de Schuman (União Europeia, 1950); os Tratados de Roma (União Europeia, 1957) e

Maastricht (União Européia, 1992) que batizou o bloco de países participantes com seu nome moderno bem como estabeleceu o Euro como sua moeda oficial.

Em seguida, no capítulo 2, o estudo destaca os posicionamentos do Reino Unido no curso da constituição da EU, tratando principalmente de marcos históricos como a reação inicial ao projeto europeu, a adesão tardia, o referendo de 1975 sobre a permanência na Comunidade Econômica Europeia e as circunstâncias acerca da não adoção do Euro. Para tanto, serve-se seguintes documentos: discurso do Churchill em Zurique (European Union, 1946, 2017); European Free Trade Agreement (European Union, 1960, 2017), Texto do Veto de Charles de Gaulle (European Union, 1961, 2017), registro de sessão do Parlamento Britânico pela não inclusão no espaço Schenghen (European Union, data doc, 2017).

O último capítulo coloca em relevo os fatos atuais determinantes do Brexit, buscando identificar as razões que motivaram a realização do referendo, bem como aquelas que impulsionaram o povo britânico a optar pela saída da União Europeia. Com esse propósito, analisa-se o discurso de David Cameron (2013, 2017) no qual ele propõe o referendo, o manifesto do Partido Conservador britânico (2015, 2017) propondo renegociações, sobre a renegociação ocorrida em fevereiro de 2016, e dados estatísticos sobre a votação.

Nas considerações finais, o estudo destaca a histórica fragilidade da relação do RU com o resto da Europa, sua constante resistência ao pacto de integração.

2. A formação da União Europeia

La contribution qu'une Europe organisée et vivante peut apporter à la civilisation est indispensable au maintien des relations pacifiques. [...] L'Europe n'a pas été faite, nous avons eu la guerre¹. SCHUMANN, 1950. (European Union, 2017)

Quai d'Orsay de Paris, 9 de maio de 1950. O ministro francês dos Negócios Exteriores, Roberto Schumann, apresenta à imprensa a política de seu país em relação à Europa, formalizando o desejo pela integração dos países membros do continente. Esse pronunciamento alavancou uma série de ações diplomáticas posteriores em favor da integração, de tal forma que o dia 9 de maio passou a ser a data de celebração da Europa.

É preciso considerar que as palavras de Schuman surgiam como resposta a um continente esfacelado pela guerra, a uma sociedade amedrontada pelo horror e ansiosa de um estado de paz permanente. A inexistência da Europa como instituição organizada e unida era ali apresentada como fator definitivo da guerra ocorrida. Assim, a declaração originária do projeto europeu, proposta pela França, trazia com o objetivo fundamental garantir a paz através da construção de uma Europa unida.

No entanto, a proposta, não se traduzia por um apelo simples à solidariedade e amizade entre os povos da Europa, como pode ser constatado nas passagens a seguir:

L'Europe ne se fera pas d'un coup, ni dans une construction d'ensemble: elle se fera par des réalisations concrètes créant d'abord une solidarité de fait. Le rassemblement des nations européennes exige que l'opposition séculaire de la France et de l'Allemagne soit éliminée. Le gouvernement français propose de placer l'ensemble de la production franco-allemande de charbon et d'acier sous une Haute Autorité commune, dans une organisation ouverte à la participation des autres pays d'Europe. La mise en commun des productions de charbon et d'acier assurera immédiatement l'établissement de bases communes de développement économique, première étape de la Fédération européenne, [...]

La solidarité de production qui sera ainsi nouée manifestera que toute guerre entre la France et l'Allemagne devient non seulement impensable, mais matériellement impossible². (European Union, 2017)

¹ *A contribuição que uma Europa organizada e viva pode trazer à civilização é indispensável para a manutenção de relações pacíficas[...]. A Europa não foi feita, tivemos a guerra.* Tradução do autor.

² *A Europa não será feita de uma vez só, nem construída com um único plano: ela será feita através de realizações concretas criando uma solidariedade genuína. A união das nações europeias exige que*

Ao bom termo do objetivo da paz, o documento aponta a necessidade da realização de ações precisas relativas a aspectos econômicos e estratégicos dos países europeus. Ações capazes de promover o controle da produção de carvão e aço, matérias fundamentais da indústria bélica. O pressuposto era de que o controle comum do material de guerra asseguraria a paz e, assim, se faz a instituição da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), com a adesão de França, República Federativa da Alemanha, Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos. Em comum, todos os Seis, como viriam a se chamar, eram países do Ocidente da Europa que sofreram profunda devastação como consequência da Segunda Guerra Mundial.

Em março de 1957, os países parceiros da CECA assinam novos acordos, Tratados de Roma, instituindo, simultaneamente, duas novas organizações. Assim, surgem a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atômica (CEEa). O exame dos documentos firmados, permitem identificar o interesse dos países membros em promover, de um lado, o crescimento econômico pela livre circulação de produtos e, de outro, o incremento da exploração de recursos nucleares. Esse último objetivo associado não só “ao desenvolvimento e renovação das produções, mas também à possibilidade de “progresso das obras de paz” (Tratado de Roma). Considerando a distribuição internacional da propriedade nuclear como um instrumento de controle de conflitos bélicos, pode-se compreender o novo tratado como um desdobramento do plano de Schuman de garantir a paz tornando a guerra impossível. Entretanto, o ato de constituição da CEE traz para o centro do interesse dos novos tratados aspectos do desenvolvimento econômico. Encontra-se em seu primeiro capítulo assim justificado como objetivo da CEE:

La Communauté a pour mission, par l'établissement d'un marché commun et par le rapprochement progressif des politiques économiques des États membres, de promouvoir un développement harmonieux des activités économiques dans l'ensemble de la Communauté, une expansion continue et équilibrée, une stabilité accrue, un relèvement accéléré du niveau de vie, et des relations plus étroites entre les États qu'elle réunit³(European Union, 2017)

o antagonismo histórica entre França e Alemanha sejam eliminados. O governo francês propõe colocar a totalidade da produção franco-alemã de carvão e aço sob uma Alta Autoridade comum, dentro de uma organização aberta à participação dos outros países da Europa.

A união dessas produções de carvão e aço garantirá o estabelecimento de bases comuns de estabelecimento econômico, primeira etapa para a Federação europeia.

A solidariedade da produção que assim nascerá demonstrará que qualquer guerra entre a França e Alemanha será não apenas impensável, mas materialmente impossível. Tradução do autor.

³ *A Comunidade tem por objetivo, através do estabelecimento de um mercado comum e a aproximação progressiva das políticas econômicas de seus Estados membros, promover um*

Compreende-se então que a Comunidade Econômica Europeia representa um marco em relação ao projeto, no sentido de que a partir dela o foco do projeto de construção da Europa não se dá mais somente através de uma estratégia de controle de recursos estratégicos necessários à guerra, mas através de aproximação de políticas econômicas e relações comerciais.

A expansão da CEE, pela adesão de novos membros, começa a ocorrer em 1973, quando aderem ao pacto a Dinamarca, Irlanda e Reino Unido. Cabe sinalizar que nesse interstício, o Reino Unido havia manifestado, a duas ocasiões, em 1963 e 1967, interesse de integrar o grupo europeu, tendo sua adesão, no entanto, sendo vetada pelo General De Gaulle, então presidente da França, fatos que serão analisados no próximo capítulo. Na continuidade do processo de expansão, nos anos de 1980, Portugal, Espanha e Grécia se juntam à CEE.

Após 31 horas de negociações, no dia 7 de fevereiro de 1992, os doze países membros da CEE firmaram um novo acordo, o Tratado de Maastricht, que entraria em vigor em novembro de 1993, constituindo o ato fundamental da formação da União Europeia. Cabe lembrar que desde 1989, com a explosão do bloco soviético, a Europa ganhara novos contornos geopolíticos, notadamente a Alemanha, país fundador da organização, em processo de unificação com o lado oriental. Era, então, indispensável rever dispositivos de modo a contemplar uma Europa em processo de reestruturação. O novo instrumento respondia não só as importantes mudanças ocorridas na Europa, mas também e sobretudo ao antigo desejo de assegurar à Europa uma personalidade político-econômica forte no cenário internacional. Embora referencie, na apresentação de motivações e no capítulo V, o interesse pela preservação da paz e segurança internacional, o novo instrumento inova, em particular, ao estabelecer o compromisso com a instauração de políticas comunitárias e regras orçamentárias e financeiras com vista à instituição de uma moeda única. A proposta de unificação monetária é recusada pelo Reino Unido e o Tratado passa a ter uma regra de exceção referindo aquele estado membro (European Union Law, 2018).

desenvolvimento harmonioso de atividades econômicas no conjunto da Comunidade, uma expansão contínua e equilibrada, uma maior estabilidade, uma melhora acelerada do padrão de vida e relações cada vez mais próximas entre os Estados membros. Tradução do autor.

A União Europeia cresce com a adesão em 1995 da Áustria, Finlândia e Suécia, em 2004 Hungria, Chipre, República Checa, Estônia, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, Eslováquia e Eslovênia; em 2007 Bulgária e Romênia e, mais recentemente, em 2013, a Croácia.

De maneira sucinta, a União Europeia é uma organização fundada em três pilares, as comunidades europeias, dedicadas às questões de desenvolvimento econômico, social e ambiental; a política externa e de segurança comum, que trata de alinhar as políticas e posições internacionais dos membros do bloco; e o pilar da Justiça e Assuntos Domésticos, que lida com as questões de cooperação policial e judicial.

Atualmente, os critérios para adesão são, em linhas gerais: a estabilidade das instituições que garantem a democracia, direitos humanos, o império da lei e a proteção de minorias; uma economia funcional de mercado e a capacidade de lidar com a pressão competitiva e as forças de mercado dentro da União Europeia; e, finalmente, a habilidade de seguir as obrigações dos membros, como capacidade de implementar as regras da União Europeia.⁴

É também de interesse aqui, o dispositivo apresentado pelo tratado de Maastricht relativo à formação da União Econômica e Monetária. O Tratado previa o estabelecimento de uma moeda única, que viria a ser o Euro, cuja adoção se faria em um processo em três estágios. O primeiro estágio dirigido à liberalização do movimento de capital, o segundo à convergência das política econômica dos Estados membros, e por fim à criação de uma moeda única e estabelecimento de um Banco Central Europeu. A adesão ao Euro para um Estado membro passaria por um processo composto por etapas e os países que desejam adotá-lo devem seguir os cinco critérios estabelecidos pelo tratado para determinar se suas políticas econômicas estão convergindo. O Euro, ou mais corretamente seu precedente, o Mecanismo Europeu de Taxa de Câmbio, se torna relevante à análise da relação do Reino Unido com a Comunidade no capítulo seguinte.

As motivações da integração europeia

⁴ (Fonte: http://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/accession_criteria_copenhagen.html)

Já tendo a declaração de Schuman como documento maior das intenções francesas, olhemos para o outro país líder engajado no sucesso do projeto, a Alemanha, e para um dos atores principais do processo, considerado um País Fundadores da Europa, o chanceler alemão Konrad Adenauer. Inicialmente, membro de um partido cristão de viés moderado durante os períodos extremos da república de Weimar e, posteriormente, membro da União Democrática Cristã, Adenauer liderou a República Federativa Alemã durante um longo período, de 1949 a 1963. Ele possuía já 74 anos ao entrar no cargo em 1949 e suas políticas visaram uma maior aproximação com o Ocidente, em detrimento das relações com a Alemanha Oriental. Cabe lembrar que a Alemanha constituía a “linha de frente” da Guerra Fria, o primeiro campo de batalha em um possível confronto com o bloco soviético. Assim, é de seu forte interesse estabelecer elos com o Ocidente, criar laços com velhos inimigos como a França e o Reino Unido de forma a evitar novos conflitos.

Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos, por sua vez, portam acordos em comum. Bélgica e Luxemburgo, ainda em 1921, assinaram um tratado econômico para criar uma tarifa aduaneira comum, um primeiro passo rumo a uma União Econômica. Mais tarde, os três países viriam a ser rapidamente ocupados pela Alemanha nazista nos primeiros anos da Segunda Guerra. Seus governos se instalaram no exílio em Londres. Em 1944, antecipando o fim da guerra, os governos dos três países se reúnem ainda em Londres e oficialmente se forma a organização Benelux, uma união aduaneira. Significante, Paun Henri Spaak, então ministro do Exterior da Bélgica, e Joseph Bech, Ministro do Exterior de Luxemburgo, foram ambos signatários do acordo, e constam atualmente na lista de País Fundadores da União Europeia. Certamente, a experiência dos três países em negociar e firmar esse passo rumo à integração econômica se tornaria importante para o processo de criação da Comunidade Econômica do Carvão e do Aço e a Comunidade Econômica Europeia.

Segundo o pesquisador britânico Alan Milward (Anderson, 2006, p.5), se o interesse primário por trás da integração fosse meramente a garantia de segurança militar, tanto contra uma possível agressão soviética, como por uma Alemanha remilitarizada e novamente guiada pelo expansionismo e revanchismo, não haveria necessidade de tal processo de integração visto na formação da Comunidade Econômica Europeia.

De fato, pode-se constatar que houve um fracasso no projeto de defesa europeu através do controle das armas, representado pela Comunidade de Defesa Europeia. A proposta de comunidade trazia a expectativa de que a defesa da Europa se tornaria uma questão conjunta entre os Seis países signatários, Alemanha Ocidental, França, Itália, Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos. Surgiu da necessidade percebida pelo Ocidente de ter a Alemanha Ocidental como responsável não apenas pela sua própria defesa, mas como guardião e primeira linha de defesa contra um possível avanço soviético. A comunidade criaria um exército europeu supranacional responsável pela proteção de todos, seguindo a lógica de que a defesa de um significava a defesa de todos. Um dos principais pontos do projeto foi que o exército alemão a ser instaurado não responderia ao governo da Federação Alemã, mas sim ao eventual Conselho da Comunidade de Defesa Europeia, de tal forma evitando que a Alemanha tivesse meios militares de ameaçar os outros membros da comunidade. Esta comunidade veio a ser abandonada após grandes polêmicas no parlamento francês, em meio a questões sobre a constitucionalidade da criação de um exército supranacional.

Se o principal objetivo do processo de integração fora a paz, por que o projeto de um exército Europeu não é retrabalhado e lançado mais uma vez? De todo modo, a Alemanha Ocidental acaba ganhando o direito de reformar seu exército nacional e aderindo a OTAN, a Organização do Tratado do Atlântico Norte. Essa série de alianças, de uma forma geral, pode ser entendida como já sendo capaz de restringir a atuação de uma eventual Alemanha Ocidental remilitarizada e revanchista, que nunca veio a ocorrer. O projeto de um exército Europeu vem a se tornar então desnecessário.

Estando dado que o projeto de integração dos exércitos nacionais falhou, pois não foi pensado no período da década de 50 e que a adesão da Alemanha Ocidental à OTAN já garantia uma rede de alianças e tratados que a impediam de fazer guerra contra o bloco capitalista, qual seria, então, o interesse de constituir uma Comunidade Econômica Europeia?

Milward, em *The European Rescue of the Nation State*, sustenta a tese de que interesses domésticos podem ter primazia sobre as políticas externas. Ou seja, o rumo da política externa pode ser motivado principalmente por propósitos da política interna do país. O pós guerra na Europa deu origem a Estados fracos,

capazes de entrar em colapso socioeconômico rapidamente. Compreendendo isso, pode-se pensar que os objetivos dos Estados, no imediato pós guerra, iam além da busca de garantir a segurança contra uma invasão estrangeira. Havia, igualmente, uma forte preocupação em assegurar o desenvolvimento socioeconômico necessário de forma que a Europa não vivesse uma situação similar àquela da década de 30, decorrente da crise de 1929, um estado de convulsão social que permitiu a ascensão de movimentos radicais. Neste sentido, a origem da Comunidade Econômica Europeia pode ser lida de outra forma, não só associada as preocupações da segurança. De acordo com Milward (2001, p.145), a CEE surge como união de países em situação semelhante e muito fragilizados. Estados destroçados pela Segunda Guerra que se vêm obrigados à aceitar algumas perdas de sua soberania, notadamente em suas políticas econômicas, de maneira a garantir que suas políticas domésticas estariam então dali em diante garantidas através existência dessa comunidade que as eleva a nível de política internacional.

Segundo Milward (2001, p.117), a Itália, França, Bélgica, Luxemburgo, Países Baixos necessitavam da Alemanha mais do que essa precisava deles. Os cinco reconheciam na Alemanha um grande mercado consumidor, que permitiria a eles uma significativa expansão de suas exportações. Dessa forma, havia forte interesse dos cinco em estabelecer uma estrutura que lhes possibilitasse o livre acesso a esse mercado e atrelasse a Alemanha a eles de tal forma que sua "fuga" fosse impossível. Embora a primazia militar alemã, que anteriormente colocara em risco a segurança dos outros países da região, pudesse ser evitada, através de alianças militares tradicionais (tal teria sido o motivo do fracasso da iniciativa de defesa europeia), o entendimento era de que a primazia econômica alemã era ineluctável e, então, o futuro dos outros membros da Europa estaria atrelado às possibilidades de se beneficiar do crescimento econômico futuro da Alemanha.

Perry Anderson (2009, p.11) cita o entendimento de Milward em *the European Rescue of the Nation State* sobre a primazia do doméstico sobre o internacional, mas faz uma observação diferente. Segundo Anderson, para garantir a política doméstica, principal argumento de Milward, não teria sido necessário à Comunidade Econômica Europeia formar as instituições complexas que vieram a nascer dela.

A customs union, even equipped with an agrarian fund, did not require a supranational commission armed with powers of executive direction, a high court

capable of striking down national legislation, a parliament with nominal rights of amendment or revocation. The limited domestic goals Milward sees as the driving-force behind integration could have been realized inside a much plainer framework.⁵ (Ibid, p.12)

Ora, se o processo de integração não foi formado unicamente com o objetivo de garantir a política doméstica, qual era seu objetivo? Anderson argumenta que foi, de fato, a visão federalista de Jean Monnet “e seu círculo”. Nesse sentido, a narrativa de Anderson confirma a narrativa oficial da União Europeia sobre o papel fundamental dos Pais Fundadores da Europa, como são chamados pela UE. Jean Monnet, político francês que participara da elaboração da declaração de Schuman e ferrenho defensor da integração europeia, é mais um desses pais. Notoriamente, Monnet argumentara em 1943 que “Não haverá paz na Europa se os Estados forem reconstituídos na base da soberania nacional. Os países da Europa são muito pequenos para garantir a seus povos a necessária prosperidade e desenvolvimento. Os Estados europeus devem se constituir em uma federação.” Percebe-se aqui então, tanto na leitura de Anderson como na narrativa oficial da Europa, um entendimento de que existia uma visão federalista da Europa, e que essa federação era necessária para o fim de garantir prosperidade e desenvolvimento.

Em suma, a integração europeia não se dá como parte de um consenso popular e democrático, mas como ação de homens e elites visionárias que buscam um modelo federativo para a Europa. O favorecimento de uma estrutura federalizada pode ser visto como uma forma de emular os Estados Unidos da América, além de ser possivelmente favorecido pelos países menores da comunidade, que teriam em uma estrutura federalizada muito mais poder do que em um simples tratado multilateral.

Dentro da visão de Anderson, a criação da Europa resulta do interesse de elites de visão federalista, do desejo americano de ver instaurado um baluarte de defesa na Europa Ocidental contra a União Soviética, da preocupação francesa em conter a Alemanha e da motivação alemã de reafirmar sua potência, sendo a necessidade conjunta de crescimento econômico e estabilidade social o cimento fundamental que conciliaria todos estes interesses.

⁵ Uma união aduaneira, mesmo que equipada com um fundo agrário, não necessitaria de uma comissão supranacional armada com poderes de direção executiva, uma suprema corte capaz de eliminar legislações nacionais, um parlamento com direito nominal sobre emendas ou revogações. Os interesses domésticos limitados que Milward vê como a força motriz por traz da integração poderiam ter sido realizados dentro de uma estrutura muito mais simples. (Tradução do autor).

At no point until—ostensibly—the British referendum of 1976 was there any real popular participation in the movement towards European unity.⁶ (Ibid, p.16)

Anderson, em matéria publicada no jornal *Le Monde Diplomatique*, argumenta que a UE é uma organização oligárquica capaz de roubar a soberania de seus Estados membros e assim forçar sobre seus eleitorados uma política de austeridade neoliberal que eles não podem contestar. Sustenta que é preciso considerar a possibilidade de que a União Europeia precise ser destruída para se adotar outro rumo, não mais ligado ao neoliberalismo, tendo se tornado, em tempos atuais, o campo de provação dessa teoria econômica na Europa.

Longe de pretender realizar uma revisão histórica exaustiva dos fatos envolvidos no processo de constituição da UE, o propósito era destacar, neste capítulo, os interesses explícitos e implícitos das propostas de integração a partir da análise dos tratados firmados, de forma a, no capítulo seguinte, poder avançar nos posicionamentos do Reino Unido no curso da implantação do projeto. Neste sentido, pode-se observar ter havido uma transformação significativa entre o primeiro momento, aquele do discurso de Schumann, o considerado ato fundador da EU. Mais precisamente, a motivação de preservar a paz interna da Europa, tornou-se um projeto ambicioso de conquista de um protagonismo no cenário internacional não só como ator definitivo da paz mundial, mas igualmente como potência econômica. Vinte cinco anos depois, a Europa se vê diante de importantes problemas econômicos e de uma crise social grave decorrente do afluxo de imigrantes e refugiados. As regras orçamentárias, notadamente aquela que determinava limites para a dívida e o déficit público não são mais obedecidos nem mesmo pela Alemanha e a França. O pacto de federação dos Estados-países encontra-se, assim, naturalmente posto à prova e movimentos nacionalistas se reforçam, liderados muitas vezes por ideias extremistas e xenóforas.

⁶ Em nenhum ponto até – ostensivamente – o referendo britânico de 1976 houve qualquer real participação popular no movimento rumo à união europeia. (Tradução do autor)

3. O Reino Unido face ao projeto europeu

If Europe were once united in the sharing of its common inheritance, there would be no limit to the happiness, to the prosperity and glory which its three or four hundred million people would enjoy. Yet it is from Europe that have sprung that series of frightful nationalistic quarrels, originated by the Teutonic nations, which we have seen even in this twentieth century and in our own lifetime, wreck the peace and mar the prospects of all mankind.

Yet all the while there is a remedy which [...] would in a few years make all Europe, or the greater part of it, as free and as happy as Switzerland is today.

What is this sovereign remedy?

It is to re-create the European Family, or as much of it as we can, and provide it with a structure under which it can dwell in peace, in safety and in freedom.

We must build a kind of United States of Europe.⁷(Churchill, 1946, 2018)

Essas são as palavras do icônico líder britânico, Winston Churchill, após o fim da segunda guerra em Zurique, 1946. Na época, Churchill era o líder da oposição conservadora ao governo trabalhista, no poder da Grã-Bretanha desde 1945 após a derrota dos conservadores nas eleições gerais. Aqui ele sustenta de forma similar ao que viria a ser o plano de Schuman alguns anos mais tarde, a construção de uma Europa Unida como meio de garantir a prosperidade e a paz.

O discurso de Churchill, intitulado *Something to Astonish you*⁸, porta em sua proposta um aspecto efetivamente surpreendente, quando expressa: “I am now going to say something that will astonish you. The first step in the re-creation of the European family must be a partnership between France and Germany”⁹ (Ibid). Ao mesmo tempo que sugere uma parceria entre as nações, ele não defende o protagonismo da Grã-Bretanha, mas ao contrário atribui a liderança a outras nações quando conclui:

⁷ Se a Europa estivesse uma vez unida em compartilhar sua herança comum, não há limites para a felicidade, prosperidade e glória que seus trezentos ou quatrocentos milhões habitantes poderiam ter. Mas é da Europa que surgiram assustadoras brigas nacionalistas, originando-se nas nações teutônicas, que nós vimos mesmo nesse século vinte e em nossas próprias vidas, destruírem a paz e deteriorarem o futuro de toda a humanidade.

Ainda assim, existe um remédio que [...] poderia em alguns anos tornar toda a Europa, ou a maior parte dela, tão livre e feliz quanto a Suíça é hoje.

O que é esse remédio soberano?

É recriar a Família Européia, ou o máximo dela que pudermos, e providenciá-la com uma estrutura sob a qual possa habitar em paz, segurança e liberdade.

Precisamos construir algo como os Estados Unidos da Europa. (Tradução do autor)

⁸ Algo que lhes surpreenderá. (Tradução do autor)

⁹ Eu vou agora dizer algo que lhes surpreenderá. O primeiro passo na recriação da família Europeia deve ser uma parceria entre a França e a Alemanha. (Tradução do autor)

In all this urgent work, France and Germany must take the lead together. Great Britain, the British Commonwealth of Nations, mighty America, and I trust Soviet Russia - for then indeed all would be well - must be the friends and sponsors of the new Europe and must champion its right to live and shine ¹⁰. (Ibid)

A medida que França e Alemanha devem liderar a Europa a ser criada, implicitamente, Churchill desloca a Grã-Bretanha para o papel de aliada da nova Europa, não a reconhecendo necessariamente como parte dessa última. Contribui a esse entendimento, a culpabilização dos povos germânicos como responsáveis por ambas as guerras mundiais, sugerindo muito uma noção de que a guerra é um problema do continente, não do Reino Unido.

É preciso considerar, como bem lembra Goodman, em *The European Union* (1996, p.30), a diferença de situação social e econômica do imediato pós-guerra, existente entre o Reino Unido e os países continentais da Europa. O país insular não havia sido vítima da mesma destruição e mantinha suas concepções imperialistas, seu futuro e projeção no cenário internacional ainda fortemente ligado a suas colônias. Além disso, o entendimento do partido de oposição, o dos conservadores, e aquela do partido trabalhista, no governo inglês até 1951, eram o mesmo no que se refere à rejeição de um modelo que viesse acarretar prejuízo à soberania britânica.

Justifica-se, então, a não participação do Reino Unido no *Tratado de Roma* e, por consequência, na formação da *Comunidade Econômica do Carvão e do Aço*. De acordo com Goodman (1996, p.32), o Partido Trabalhista era resistente a toda iniciativa envolvendo perda de poderes do parlamento para uma organização supranacional, como ocorria com a adesão à CECA, notadamente no gerenciamento da produção do aço e do carvão.

O pesquisador irlandês do Instituto de Tecnologia de Dublin, Bruce Carolan (2008), ressalta a distinção das concepções políticas adotadas pelo Reino Unido e pela França após o fim da segunda Guerra, com vista a garantir um estado de paz. Enquanto a França investia na criação de entidades supranacionais com poderes vinculantes, o Reino Unido favorecia a existência de acordos intergovernamentais.

¹⁰ Nesta tarefa urgente, França e Alemanha devem tomar a liderança juntas. A Grã-Bretanha, a Comunidade Britânica de Nações, a poderosa América e confio a Rússia Soviética - porque então tudo estaria bem - devem ser amigos e patrocinadores da nova Europa e devem defender seu direito de viver e brilhar. (Tradução do autor).

A partir de documento confidencial do Conselho de Ministros da Comunidade Econômica Europeia, preservado no acervo dos arquivos históricos das comunidades europeias – Florença (CMCE, 1959, 2018), consta-se que 26 de fevereiro de 1959, por iniciativa da Noruega, países não membros da CEE, entre os quais o Reino Unido, reuniram-se em Oslo com o intuito de discutir as dificuldades de negociação com os países membros daquela organização, comprometendo suas trocas comerciais. Para enfrentar o desafio, o Reino Unido propõe a criação de uma outra zona de comércio, entre os “Seis não seis” países europeus, de forma a servir como uma alternativa ao comércio com a CEE. A proposta muito bem acolhida, está na origem da instituição, em 1960, da criação *European Free Trade Agreement*¹¹ (EFTA), pelo acordo assinado em Estocolmo (Idem, 1960, 2018), inicialmente pelo Reino Unido, Áustria, Dinamarca, Noruega, Suíça, Suécia e Portugal. O texto do acordo regulamenta a criação de uma zona de livre comércio entre seus membros sem, no entanto, a existência de uma tarifa comum, permitindo às nações participantes decidirem individualmente os procedimentos comerciais com países não membros do acordo. Aos olhos britânicos, esse tratado era ideal por não acarretar perda de soberania.

O novo acordo estabelece uma divisão comercial no âmbito europeu, o que é fortemente criticado pela CEE. A formação deste acordo sofreu oposição dos seis membros da CEE, que preferiam um comprometimento político mais profundo. (Goodman, 1996, p. 59).

Um ano após a criação da EFTA, sob a liderança do primeiro ministro Harold Macmillan, pertencente ao Partido Conservador, o Reino Unido apresenta sua candidatura de adesão da CEE. O passo em direção à CEE revela certamente a frustração dos ingleses com a EFTA, ao menos no que diz respeito aos objetivos principais que motivaram sua criação e, também, ao receio de sucumbir a uma grande fragilidade econômica não tendo tido sucesso com a zona de livre comércio proposta.

A decisão pelo abandono do EFTA em favor da CEE foi uma decisão tomada frente a um mundo em mudanças tanto econômicas quanto políticas. Diante do declínio do império colonial britânico, em virtude dos processos de independência de várias de suas antigas colônias, e visto a pequena capacidade de projeção dos

¹¹ Acordo de Livre Comércio Europeu

membros do EFTA, se comparado com os membros da CEE, o Reino Unido se via em risco de se tornar uma ilha isolada, politicamente insignificante.

Registros das sessões de 16 e 17 de maio de 1961 do parlamento inglês permitem compreender o caráter parcimonioso da proposta inglesa de adesão à CEE. Interrogado pelos parlamentares, o então primeiro ministro Macmillan explica a seus pares suas intenções para com a CEE:

What I had hoped was that it might be that the Treaty [of Rome] could be amended. That is asking a great deal. It may be that we can be admitted as full members [of the CEE] subject to a protocol or a derogation of the full Treaty application in respect of certain considerations. In that sense, we would become full members. [...] Every day, I see suggestions that all we ought to do is immediately to sign the Treaty. That is what I was trying to repel. [...] What I hoped was that we would be able to form a partnership in Europe while fully carrying out our duties to the Commonwealth, to agriculture and, of course, to our partners in E.F.T.A.¹² (Parliament of the United Kingdom, 1961, 2018).

A declaração demonstra o caráter da tentativa de adesão do Reino Unido. Ele deseja participar da Comunidade Econômica Europeia, mas pretende evitar assinar as mesmas regras que os Seis originais. Ao invés disso, a proposta de participação defendida por Macmillan é de modificar o Tratado de Roma de uma forma que convenha melhor ao Reino Unido, ou, ao menos, evitar sujeitar-se a totalidade dele.

Da mesma sessão, a declaração de Edward Heath, político conservador e posteriormente primeiro ministro no período em que o Reino Unido finalmente se tornaria membro da CEE, também oferece um vislumbre sobre o entendimento britânico acerca da necessidade de alcançar algum acordo com a CEE. Segundo Heath, o Reino Unido observava o nascimento de um bloco de tamanho comparável aos Estados Unidos ou União Soviética, considerando que o crescimento da influência política da CEE era inevitável conforme crescesse sua força econômica. No campo econômico, não participar da CEE acarretaria em perdas comerciais assim que a CEE seguisse em frente com a implementação de tarifas comuns e abolisse as tarifas internas, tornando muito mais difícil para o Reino Unido manter o mesmo nível de comércio com o bloco. Então, de acordo com a visão de Heath, era

¹² Era minha esperança de que o Tratado [de Roma] pudesse receber emendas. Isso é pedir muito. Pode ser que possamos ser admitidos como membros plenos [da CEE] sujeitos a um protocolo ou derrogação do Tratado completo em respeito a certas considerações. Neste sentido, nos tornaríamos membros completos. [...] Todos os dias, eu vejo sugestões de que o que deveríamos fazer é imediatamente assinar o tratado. É isso que estou tentando evitar. [...] O que eu esperava é que pudessemos formar uma parceria com a Europa enquanto realizamos nossos deveres para com o Commonwealth, a agricultura e, é claro, a nossos parceiros na EFTA. (Tradução do Autor)

necessário garantir alguma forma de parceria com a CEE para que o Reino Unido pudesse se beneficiar política e economicamente.

O diplomata francês Georges Berthoin, à época membro da representação da CEE junto ao Reino Unido, posteriormente em entrevista falou de seu entendimento sobre a proposta britânica. Segundo ele, em ocasião privada, Macmillan teria descrito suas intenções para com a CEE como “We shall embrace them destructively”¹³ (Berthoin, 2005, 2018). Ao mesmo tempo, conta sobre como um membro do partido trabalhista britânico, Michael Foot, criticara as propostas do ministro britânico, dizendo que Macmillan “propunha que participemos de um jogo de futebol, desde que as regras são modificadas de tal forma que estejamos jogando críquete.” (Ibidem) Fica aqui claro que, da parte da diplomacia francesa, se percebia esse ímpeto britânico de querer participar da comunidade com o intuito de também modificá-la a seus próprios propósitos.

A solicitação de Macmillan é indeferida pela CEE, uma decisão na qual o veto da França é decisivo. Em uma célebre entrevista concedida a jornalistas do mundo inteiro, o presidente francês, General Charles De Gaulle, justificava assim o veto à participação do Reino Unido na CEE:

Là-dessus, la Grande-Bretagne a posé sa candidature au Marché Commun. Elle l'a fait après s'être naguère refusée à participer à la Communauté qu'on était en train de bâtir. Et puis ensuite après avoir créé une zone de libre échange avec six autres Etats, et puis enfin après avoir, je peux bien le dire, on se rappelle les négociations qui ont été menées si longuement à ce sujet, après avoir fait quelques pressions sur les six, pour empêcher que ne commence réellement l'application du marché commun. Enfin l'Angleterre a demandé à son tour à y entrer mais suivant ses propres conditions. Cela pose sans aucun doute à chacun des six Etats et ça pose à l'Angleterre des problèmes d'une très grande dimension. L'Angleterre, en effet elle, est insulaire. Elle est maritime. Elle est liée par ses échanges, ses marchés, ses ravitaillements aux pays les plus divers, et souvent les plus lointains. Elle exerce une activité essentiellement industrielle et commerciale, et très peu agricole. Elle a dans tout son travail des habitudes et des traditions très marquées, très originales. Bref, la nature, la structure qui sont propres à l'Angleterre diffèrent profondément de celle des continentaux.¹⁴ (De Gaulle, 1963, 2018)

¹³ Nós os abraçaremos destrutivamente. (Tradução do autor)

¹⁴ Sobre a solicitação da Grã-Bretanha ao Mercado Comum. Ela o fez após ter se recusado, recentemente, a participar da comunidade que estávamos construindo. Após ter também criado uma zona de livre comércio com outros seis Estados, depois de ter, posso realmente dizer, nós nos lembramos das negociações conduzidas durante muito tempo sobre esse assunto, pressionado esses seis a fim de impedir o início efetivo da aplicação do Mercado Comum. Finalmente, a Inglaterra [MI1] solicitou por sua vez a entrar, mas segundo suas próprias condições. Isso, sem dúvida, traz a cada um dos seis estados e à Inglaterra problemas de grande dimensão. A Inglaterra, na verdade, é insular. Ela é marítima. Está ligada, por seus comércios, seus mercados, seus suprimentos, aos mais diversos países e, muitas vezes, os mais distantes. Ela exerce uma atividade essencialmente industrial e comercial e muito pouco agrícola. Em todo seu trabalho, ela tem hábitos e tradições muito

Assim, De Gaulle expressa claramente à imprensa que o veto se devia ao a falta de transparência das motivações britânicas por trás da tentativa de adesão. De Gaulle destaca a tentativa britânica de entrar no grupo segundo “suas próprias condições” e as diferenças entre o Reino Unido e os países do continente europeu. Conclui que as estruturas que são adequadas para o Reino Unido não as mesmas que aquelas adequadas aos países do continente. De Gaulle questionava o comprometimento britânico para com o projeto e argumentava que existia uma distância entre a Europa e o Reino Unido. Segundo Goodman (1996, p.58), a principal razão do veto foi a fúria de De Gaulle com a participação britânica no Acordo de Nassau, acordo no qual os Estados Unidos seriam responsáveis por fornecer o arsenal nuclear para os submarinos britânicos. Segundo De Gaulle, a exagerada dependência que o Reino Unido tem pelos Estados Unidos tornava o país incapaz de seguir as diretrizes do projeto europeu. “l'Angleterre, ce n'est plus grand chose”¹⁵ (De Gaulle, 1963, 2018), disse ele em seu veto.

Em 1967, o Reino Unido reapresenta nova proposta de adesão à CEE. O discurso do primeiro ministro britânico Harold Wilson em defesa da solicitação revela estratégias diplomáticas com vista a sensibilizar notadamente a resistência francesa. Ele enfatiza a importância da “unidade da diversidade”, sinalizando que a diversidade está para além dos mares. Ou seja, contrapõe o argumento de De Gaulle, segundo o qual a situação insular faria do Reino Unido o único diferente, e que essa diferença seria um empecilho para a CEE, argumentando que ao invés disso a Europa apenas se beneficiará de expansões. Finalmente, alude ainda a Churchill e seu compromisso de união com a França nos anos de 1940. (WILSON, 1967, 2018)

Como resposta, novamente De Gaulle faz um pronunciamento denunciando a incompatibilidade entre o mercado comum que funda a organização e a economia praticada pelo Reino Unido. Para ele, “o déficit crônico de sua balança de pagamentos prova o desequilíbrio permanente, e que comporta, quanto à produção, recursos de provisão, a prática de crédito, as condições de trabalho, práticas que este país não poderia mudar sem modificar sua natureza”. (De Gaulle,

marcantes, muito originais. Em suma, a natureza, a estrutura que são peculiares à Inglaterra diferem profundamente daquelas dos continentais. (Tradução do autor)

¹⁵ A Inglaterra, não é mais grande coisa. (Tradução do autor)

1967, 2018) Assim, a pesar da busca de Wilson em minimizar as arestas entre Reino Unido e França, o segundo pedido de adesão à CEE é igualmente rejeitado.

É somente após o fim do mandato de De Gaulle como presidente da França, em 1969, sucedido por Georges Pompidou que as negociações são retomadas. O primeiro ministro britânico, Edward Heath se encontrou com Pompidou em Paris em 1971 para discutir a possibilidade da adesão britânica à CEE. Um Comunicado oficial dos resultados da reunião afirma que as posições francesas e britânicas acerca do alargamento da CEE são convergentes, e o Reino Unido afirma estar pronto para participar do desenvolvimento do bloco “com um espírito europeu”. (Heath; Pompidou, 1971, 2018). As negociações culminam na adesão do Reino Unido ao bloco em 1973.

O Referendo de 1975

Logo em seguida, em 1974, o Partido Trabalhista obtém a maioria dos assentos no parlamento e compõem então o novo governo britânico. O Partido Trabalhista se encontrava insatisfeito com os termos da entrada do Reino Unido na CEE e dividido internamente quanto à permanência ou não na comunidade. A solução foi propor, em 1974, uma renegociação dos termos da adesão à comunidade e um referendo para averiguar a vontade popular. (GOODMAN, 1996, p.63-64)

O referendo perguntava à população: “Do you think that the United Kingdom should stay in the European Community (the Common Market)?”¹⁶ permitindo apenas resposta Sim ou Não. O resultado do referendo foi uma grande vitória pela permanência na Comunidade Europeia, com o Sim angariando 67,23% dos votos válidos, com participação eleitoral de 64% através da nação.

Butler e Kitzinger em *The 1975 Referendum* (p.279-280), argumentam que a decisão de participar ou não na Comunidade Econômica Europeia dividia o país até o referendo, e parou de dividi-lo a partir de então com um resultado que demonstrava o apoio popular ao projeto. Eles citam também os ganhos econômicos, uma vez que o referendo removeu as incertezas sobre a permanência na comunidade, facilitando a tomada de decisões por parte de agentes econômicos. Porém, apontam também que o referendo não demonstrou grande entusiasmo por

¹⁶ Você acha que o Reino Unido deve ficar na Comunidade Europeia (o Mercado Comum)? (Tradução do autor)

iniciativas mais ousadas. A vitória do Sim teria sido uma vitória pelo status quo, defendendo que os eleitores simplesmente escolheram a opção menos radical, possivelmente por medo de que o futuro seria pior fora da comunidade do que dentro. Chegam a comparar a adesão e o referendo a um “shotgun marriage”, expressão que indica um casamento apressado feito de imediato porque a noiva está grávida e é necessário escapar dos constrangimentos. (BUTLER; KITZINGER, 1976)

Criticamente, o livro “The 1975 Referendum”, alega também que, longe de existir um “consenso trabalhista” contra os termos de adesão inicialmente negociados pelo partido conservador, a jogada do partido trabalhista exatamente consistia no fato de haver ganhos políticos a serem feitos questionando as atividades do partido que se encontrava no poder. Ou seja, em linhas gerais, mais do que o partido trabalhista ideologicamente se opor ao projeto europeu, ele se opunha à adesão ao projeto porque era uma iniciativa tomada pelo governo conservador. Uma vez no poder, a renegociação dos termos de adesão e o subsequente referendo não passariam de uma encenação para demonstrar um suposto apreço pela decisão popular. Isso remete mais uma vez ao capítulo 1, em que concluímos que o projeto europeu não havia sido colocado em prática graças a um consenso democrático, mas como um acordo de elites governantes. Aqui, no entanto, vemos um caso interessante que seguirá sendo típico do Reino Unido, que é a crítica da Comunidade Econômica Europeia como forma de ganhos políticos domésticos. (BUTLER; KITZINGER, 1976)

A Política Agrícola Comum

A Política Agrícola Comum é uma notória fonte de incômodos para o Reino Unido seguindo sua entrada na Comunidade Econômica Europeia.

O que é? Em linhas gerais, a Política Agrícola Comum já fora prevista dentro do Tratado de Roma, em 1957, prevendo a necessidade de estimular o desenvolvimento da agricultura no continente europeu. A necessidade imediata disso é óbvia analisando o contexto histórico pela qual passou a Europa. Crises de alimento e racionamentos, produtos tanto da crise de 29 quanto depois da Segunda

Guerra, levaram a um clima de preocupação com o fornecimento de alimentos à população. Nos seis países fundadores da Comunidade Econômica Europeia, a Política Agrícola Comum surge como uma forma de alinhar as políticas de incentivo à agricultura entre os países.

A Política Agrícola Comum previu a criação de um fundo para o qual todos os países membros da CEE contribuem e que é então usado em favor da proteção da atividade agrícola em seus membros. Tal proteção se dá através de cobrança de taxas de membros que importam produtos agrícolas de fora do bloco, subsídios oferecidos a produtores rurais, garantia de um preço mínimo para determinados produtos agrícolas, com a CEE comprando os produtos excedentes de forma a evitar os efeitos nocivos de uma superprodução no setor.

Tal política foi uma benesse muito grande para países que possuíam grande dependência do seu setor agrícola, como é o caso da França. Por outro lado, países em que o setor agrícola representava uma parcela muito pequena de sua atividade econômica, se veriam penalizados por essa política.

Aqui chegamos à pedra no sapato do Reino Unido. Ao entrar na Comunidade Econômica Europeia, o Reino Unido automaticamente precisa também aderir à Política Agrícola Comum. No entanto, a economia do Reino Unido já é, na década de 70, ocasião de sua entrada, fortemente industrializada, com o setor agrícola tendo um papel pequeno no país, que era também grande importador de produtos agrícolas. As regras estabelecidas pela Política Agrícola Comum são fortemente danosas para a economia britânica. O Reino Unido então, contribui muito em dinheiro para a manutenção da Política Agrícola Comum, mas não recebe dela muitos benefícios. A grande adversária da Política Agrícola Comum viria a ser Margaret Thatcher, que, em seu famoso bordão “I want my money back” exigia, com sucesso, um reembolso pelas grandes contribuições feitas pelo Reino Unido ao orçamento europeu, que era em grande parte utilizado para o financiamento desta política agrícola, da qual o Reino Unido pouco se beneficiava.

A Quarta-Feira Negra: Por que o Reino Unido não adotou o Euro?

Anteriormente à adoção do Euro, a Comunidade Econômica Europeia, como parte de um eventual projeto para o estabelecimento de uma moeda única, estabeleceu o Mecanismo Europeu de Taxa de Câmbio ainda em 1979. Este mecanismo visava garantir a estabilidade das taxas de câmbio para os países membros da comunidade econômica europeia. Em linhas gerais, se tratava de um regime de meta de taxas de câmbio flutuantes em que as moedas dos países membros do mecanismo deveriam se manter próximos a uma taxa de câmbio predefinida. Cada Estado não tinha liberdade para determinar qual seria esse nível, a taxa de câmbio ideal de cada moeda deveria ser aprovada por todos os membros.

O Reino Unido não colocou sua libra esterlina dentro do mecanismo em 1979. A adoção do Mecanismo Europeu de Taxa de Câmbio implicaria em perda da autonomia para fazer políticas monetárias e mais uma vez o Reino Unido revelou-se pouco disposto a medidas que diminuíssem sua soberania.

O Reino Unido somente viria a adotar o mecanismo em 1990, no entanto, após um longo período de ceticismo por Margaret Thatcher. Thatcher, notória por suas posições contra a Comunidade Econômica Europeia, parece ter cedido aos membros mais pró-Europa do partido conservador devido ao enfraquecimento de seu apoio no partido, visto que seria derrotada na disputa pela liderança do mesmo ao fim do mesmo ano. Entretanto, na entrada da década de 90, o reino amargava um péssimo desempenho econômico. Em 1992 ocorreu o fenômeno da Quarta Feira Negra (Black Wednesday), em que a libra esterlina sofreu rápida desvalorização, ameaçando ficar abaixo dos valores fixados pelo Mecanismo. O Reino Unido tentou, sem sucesso, impedir essa desvalorização, comprando libras e aumentando as taxas de juros, porém foi forçado a anunciar ser incapaz de manter a libra dentro do regime de bandas estabelecido pelo Mecanismo. Entretanto, a saída do regime de bandas libertou consideravelmente a política monetária e fiscal do Reino Unido, e a recuperação econômica seguiu logo depois. O governo conservador, que havia feito a decisão de colocar a libra no Mecanismo, foi considerado culpado pelos gastos excessivos feitos na tentativa de manter o valor da Libra, sem conseguir colher os frutos da recuperação econômica, sendo derrotado pelo Partido Trabalhista nas eleições seguintes, em 1997.

Gordon Brown, em 1997 se tornou Chanceler de Exchequer¹⁷. Seguindo o fracasso da estadia da Libra no Mecanismo Europeu de Taxa de Câmbio, Brown foi responsável por estabelecer os Cinco Testes. Tratam-se estes testes de critérios monetários que deveriam ser cumpridos para que houvesse vantagem na adesão da moeda única. Os cinco testes foram considerados pelo FMI (FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 2001, 2017) como sendo apropriados e consistentes com os entendimentos econômicos vigentes. O tesouro britânico alçou os Cinco Testes ao status de política oficial do governo trabalhista em relação a possibilidade de adoção da moeda europeia. São os testes:

- Os ciclos de negócios e estrutura econômica são compatíveis de forma que se possa viver confortavelmente em longo prazo sob as taxas de juros do Euro?
- Na existência de problemas, haverá flexibilidade o bastante para enfrentá-los?
- A adesão a União Econômica e Monetária criaria melhores condições para empresas fazendo decisões de investimento a longo prazo investirem no Reino Unido?
- Que impacto essa adesão teria sobre a indústria de serviços financeiros britânicos?
- Ao todo, a adesão traria maior crescimento econômico, estabilidade e empregos?

Esses foram os critérios impostos pelo próprio Reino Unido no decorrer do governo trabalhista para decidir pela tentativa ou não de adoção do Euro. Mantiveram-se como política oficial durante o governo trabalhista até a vitória do partido conservador em 2010.

Por que o Reino Unido não adota a livre circulação de pessoas?

Segundo o site oficial de legislação da União Europeia, a área Schengen parte de um acordo feito ainda em 1985, assinado por França, Alemanha, Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos, que aboliria as barreiras a circulação de

¹⁷ Nota: O Chanceler de Exchequer é um cargo similar ao Ministro da Fazenda no Brasil

peças nas fronteiras internas entre os países signatários. O número de países signatários do acordo foi aumentando gradativamente até que, em 1997, o Tratado de Amsterdã decidiu pela incorporação dos termos da área Schengen ao corpo da legislação europeia, entrando este em efeito em 1999. O Reino Unido, no entanto, não assinou completamente o tratado.

Os pontos chaves estabelecidos pelo tratado de Amsterdã são a remoção de barreiras a circulação de pessoas entre os signatários, um corpo comum de regras a serem aplicadas em relação a pessoas cruzando as fronteiras externas dos membros da União Europeia, harmonização das condições de entrada e vistos de estadia temporária entre os signatários, colaboração policial, colaboração judicial e desenvolvimento do Sistema de Informação Shengen, que permite aos países membros compartilhar informações sobre pessoas ou objetos entre seus órgãos judiciais e de controle de fronteiras. (EUROPEAN UNION LAW, 2009, 2018)

O Reino Unido optou por não assinar parte desses acordos, optando apenas pela colaboração policial, judicial e de informações.

A posição oficial dada pelo ministro britânico dos negócios exteriores perante o parlamento britânico trata das particularidades que o Reino Unido e a Irlanda, ambos países insulares que não assinaram o tratado, como sendo o controle de fronteiras diferente para ilhas e países continentais. O governo britânico argumenta que a existência de controles de fronteira é a forma menos intrusiva de impedir a imigração ilegal, ao contrário da situação para os países continentais que precisam depender de carteiras de identidade e vistos para monitorar este tipo de atividade. A segunda forma seria então inadequada para os países insulares. (HOUSE OF COMMONS, 1996, 2018)

A trajetória

Percebem-se aqui então dois fenômenos da relação britânica com o projeto de integração europeu. Primeiramente, o Reino Unido não se enxerga como imediatamente forçado a uma estrutura como a Comunidade Econômica Europeia. De fato, De Gaulle possivelmente acerta ao desconfiar das intenções britânicas. Ao Reino Unido, as estruturas que eram vitais para a existência dos Seis membros originais são empecilhos aos seus próprios desejos. Assim, a relação do Reino Unido

para com a Comunidade é sempre cautelosa, buscando escapar de acordos que não lhe convém e modificar o que for possível.

Ao mesmo tempo, a nível doméstico, percebe-se que, apesar da relação conturbada com a Europa, nenhum dos partidos majoritários de fato faz algum grande esforço para quebrar a relação com a Comunidade Econômica Europeia. De fato, quando a relação com a Europa é oferecida ao debate das massas através do referendo de 1975, ela é oferecida em uma situação peculiar, com o Reino Unido já dentro do bloco, e pelo partido que por muito tempo criticara a adesão. O Referendo de 1975 é usado como um instrumento para garantir a união do Partido Trabalhista e seguir em frente com a integração europeia, agora com uma aprovação dada pelo povo. Mais tarde, em 1992, após o experimento britânico dentro do Mecanismo Europeu de Taxa de Câmbio, o Partido Trabalhista faz amplos ganhos políticos ao criticar a decisão do Partido Conservador. Em suma, a Questão da Europa, dentro da política britânica, é um instrumento que permite fazer ganhos políticos domésticos, mas, ao mesmo tempo, ambos os partidos majoritários possuem uma perspectiva similar quanto a Europa, uma aproximação cautelosa.

4. BREXIT

And while we must never take this for granted, the first purpose of the European Union – to secure peace – has been achieved and we should pay tribute to all those in the EU, alongside NATO, who made that happen.

But today the main, overriding purpose of the European Union is different: not to win peace, but to secure prosperity.¹⁸(CAMERON, 2013, 2017)

Em seu discurso em 23 de janeiro de 2013, David Cameron, então primeiro ministro do Reino Unido e líder do Partido Conservador, apresenta em seu discurso pela primeira vez ao público a proposta de um referendo sobre a permanência ou não do Reino Unido como membro da União Europeia. No exame do discurso, observa-se que a primeira referência é à Europa e o propósito da União Europeia enquanto entidade dedicada a manter a paz (nisso seguindo a linha oficial da história da construção europeia) já foi cumprido, e a tarefa maior a frente do projeto deve ser garantir a prosperidade da Europa.

The map of global influence is changing before our eyes. And these changes are already being felt by the entrepreneur in the Netherlands, the worker in Germany, the family in Britain.

So I want to speak to you today with urgency and frankness about the European Union and how it must change – both to deliver prosperity and to retain the support of its peoples.¹⁹(Ibid)

Cameron destaca as mudanças no cenário global, frutos da globalização, e compreende que o mundo globalizado acarreta alterações também para os cidadãos da União Europeia. Sendo assim, o primeiro ministro aponta a necessidade de mudar a própria União Europeia, com o intuito de garantir a prosperidade e manter o apoio popular a ela.

I know that the United Kingdom is sometimes seen as an argumentative and rather strong-minded member of the family of European nations.

¹⁸ Embora nunca devamos tomar isso como garantido, o primeiro propósito da União Europeia – manter a paz – foi alcançado e devemos homenagem a todos aqueles na UE, ao lado da OTAN, que tornaram isso possível. Mas hoje o principal, primordial propósito da União Europeia é diferente: não mais obter a paz, mas assegurar a prosperidade.

¹⁹ O mapa da influência global está mudando frente aos nossos olhos. E estas mudanças estão sendo sentidas pelo empreendedor nos Países Baixos, o trabalhador na Alemanha, a família na Grã Bretanha. Então desejo lhes falar hoje com urgência e sinceridade sobre a União Europeia e como deve mudar – tanto para entregar prosperidade como para manter o apoio de seus povos.

And it's true that our geography has shaped our psychology.

We have the character of an island nation: independent, forthright, passionate in defence of our sovereignty²⁰.(Ibid)

Nessa passagem ele reconhece que existe um entendimento de que o Reino Unido é um membro estranho dentro do grupo. Sua insularidade lhe traz características próprias diferentes dos outros.

The biggest danger to the European Union comes not from those who advocate change, but from those who denounce new thinking as heresy. [...]

And my point is this. More of the same will not secure a long-term future for the eurozone. More of the same will not see the European Union keeping pace with the new powerhouse economies. More of the same will not bring the European Union any closer to its citizens. More of the same will just produce more of the same: less competitiveness, less growth, fewer jobs.

[...]

That is why we need fundamental, far-reaching change.²¹(Ibid)

Em suma, o então Primeiro Ministro defende a posição britânica segundo é qual é necessário haver mudanças na União Europeia, argumentando existir perigo maior na estagnação da União do que em tentativas de mudança. É importante lembrar que o discurso é pronunciado em 2013, momento em que a Europa enfrenta então a crise da zona do Euro.

The next Conservative manifesto in 2015 will ask for a mandate from the British people for a Conservative government to negotiate a new settlement with our European partners in the next parliament.

It will be a relationship with the single market at its heart.

²⁰ Eu sei que o Reino Unido é às vezes visto como um membro argumentativo e bastante teimoso dentro da família de nações europeias. E é verdade que nossa geografia moldou nosso psicológico. Temos as características de uma nação insular: independentes, diretos e fervorosos na defesa de nossa soberania. (Tradução do autor)

²¹ O maior perigo para a União Europeia não vem daqueles que advogam pela mudança, mas daqueles que denunciam todo novo pensamento como heresia. [...] E meu ponto é este. Mais do mesmo não nos assegurará um futuro de longo prazo para a zona do Euro. Mais do mesmo não garantirá a União Europeia manter o ritmo com as novas potências econômicas. Mais do mesmo não aproximará a União Europeia dos seus cidadãos. Mais do mesmo apenas produzirá mais do mesmo: menos competitividade, menos crescimento, menos emprego. [...] É por isso que precisamos de mudanças fundamentais e amplas. (Tradução do autor)

And when we have negotiated that new settlement, we will give the British people a referendum with a very simple in or out choice. To stay in the EU on these new terms, or come out altogether.²²(Ibid)

Esse trecho revela a primeira promessa de Cameron quanto à realização de um referendo com vistas à definir a permanência ou não do Reino Unido como membro da União Europeia, após uma futura renegociação sobre os termos da participação britânica no bloco. Essa promessa certamente estava motivada por um interesse político interno de Cameron, pois em 2015 seriam realizadas as eleições gerais britânicas e ele precisaria garantir uma maioria nos assentos do parlamento britânico para continuar seu governo e assim realizar as renegociações e o referendo.

Uma promessa quebrada

Durante a década de 2000, a União Europeia lançou um projeto de elaboração de uma Constituição Europeia, um documento de lei internacional que substituiria os tratados anteriores que constituem a União Europeia. Embora esse novo instrumento da UE tenha sido assinado em 2004, não chegou a ser ratificado. Os cidadãos franceses e holandeses ambos rejeitaram, através de referendo em seu países, a ratificação do tratado, que acabou por ser descartado, antes mesmo que o Reino Unido realizasse sua própria tentativa de ratificação.

Com o fim do projeto da Constituição Europeia, surge o Tratado de Lisboa que, em linhas gerais, busca promover reformas na União Europeia previstas na proposta de edificação de uma constituição mas que agora se estabelecem por meio de emendas aos tratados vigentes. No ano em que é proposto e assinado, 2007, o Reino Unido é governado pelo Partido Trabalhista, sob a liderança de Gordon Brown desde o mês de junho do mesmo ano. Inicialmente, o Partido Conservador exige que seja feito um referendo para obter o consentimento do povo britânico para a ratificação do tratado. Cameron, líder dos conservadores oferece à população uma garantia de que só permitirá que a ratificação ocorra se houver um referendo. Diante da ratificação do tratado pela maioria dos países membros, os partidos britânicos

22 O próximo manifesto Conservador em 2015 pedirá por um mandato do povo britânico para que um governo Conservador negocie um novo acordo com nossos parceiros europeus no próximo parlamento. Será uma relação com o mercado comum em seu centro. E quando tivermos negociado esse novo acordo, nós daremos ao povo britânico um referendo com uma opção simples de estar dentro ou fora. Continuar dentro da UE nestes novos termos, ou estar fora dela completamente. (Tradução do autor)

recuam da ideia do referendo, sendo o último o Partido Conservador, admitindo a impossibilidade de um referendo sobre o Tratado, visto que o mesmo já fora incorporado a lei europeia.

A Ascensão da UKIP

A United Kingdom Independence Party (Partido da Independência do Reino Unido), UKIP, é um partido fundado na década de 90 cuja única posição política em sua concepção era garantir um referendo sobre a associação ou não do Reino Unido com o União Europeia. A partir da virada do século, esse partido começa a ganhar força política e, em 2014, nas eleições britânicas para o Parlamento Europeu, ele conquista a maioria dos votos, ficando com 24 assentos de um total de 73. Isso representa uma vitória significativa para o partido, especialmente face ao Partido Trabalhista, principal e tradicional oposição ao governo Conservador, que obteve 20 assentos, e o próprio Partido Conservador, que ficou com apenas 19 assentos, uma perda de 7 em relação às eleições anteriores.

A ascensão de um partido que possui como principal posição política a necessidade de rever o pacto para com a União Europeia é um indicador de que a população britânica se encontrava insatisfeita com o bloco. Domesticamente, isso significava que criticar a Europa angariava ganhos políticos. A partir desse momento, a renegociação com a União Europeia e o referendo sobre a BREXIT se tornam parte chave da política europeia.

O Referendo como promessa de campanha

O indicador de que a população britânica encontrava-se insatisfeita com a UE tornou a crítica à essa organização uma arma de campanha eleitoral. Assim, em 2015, o Partido Conservador defende em seu manifesto a necessidade de um Referendo, alegando que, para um futuro governo do partido conservador, a associação com a União Europeia deve ser dada apenas através do consentimento do povo britânico e um entendimento de que, no dado momento, esse consentimento estava fraco. (PARTIDO CONSERVADOR, 2015, 2018)

Pode-se supor que, ao reconhecer o extraordinário crescimento político do UKIP, partido cuja principal posição política é criticar a União Europeia, o Partido Conservador percebeu existir ganhos eleitorais a serem feitos propondo um referendo. Através da promessa de um referendo, o Partido Conservador poderia, efetivamente, tomar para si partes do eleitorado crescente do UKIP e garantir a vitória do seu governo. A julgar pelo espaço conquistado pelo UKIP, havia vantagens políticas internas a serem alcançadas oferecendo a decisão ao público. De certo modo, pode-se dizer que o Partido Conservador ofereceu uma peça da sua política externa às na busca de ascensão eleitoral e consolidação da base partidária.

Assim se repetem os eventos do referendo de 1975. Uma vez mais, críticas à “questão da Europa”, como o tema se tornara conhecido dentro da política britânica, incentivaram um partido a realizar uma renegociação e oferecer um referendo. A própria situação era similar, com o tratado de Lisboa configurando uma nova forma de relação com o bloco, de forma semelhante à adesão inicial. Assinado durante o governo de um partido, os conservadores em 1973 e os trabalhistas em 2008, que logo em seguida são retirados do governo pelo partido que criticou a medida, em 1974 os trabalhistas assumem o governo britânico após os conservadores garantirem a entrada na Comunidade Econômica Europeia, e em 2010 os conservadores assumem o governo após os trabalhistas terem ratificado o Tratado de Lisboa. O roteiro do referendo vencido pelo lado eurofílico é seguido à risca, com uma renegociação feita antes do referendo, e os subsequentes resultados da renegociação oferecidos ao sabor da democracia direta.

Em “Why the UK voted for BREXIT”, o pesquisador britânico Andrew Glencross argumenta que, não apenas o referendo era um questão estritamente doméstica, mas que existia um consenso geral entre os “eurófilos” de que um referendo era necessário para sepultar os argumentos anti União Europeia de que a mesma havia se tornado uma super entidade federalizada sem o expresse consentimento dos cidadãos britânicos. Aqui, mais uma vez, pode-se fazer um paralelo com o referendo de 1975, que teve como consequência se tornar um matrimônio para garantir que o Reino Unido seguisse adiante como membro da Comunidade Econômica Europeia.

Segundo os pesquisadores britânicos Evans e Menon em BREXIT e British Politics nem ao menos existiam planos para seguir adiante com a BREXIT, como pode-se observar nas delicadas negociações sobre o futuro da relação do Reino

Unido com a UE. O Partido Conservador propôs o referendo sem vislumbrar a possibilidade de que a posição pelo BREXIT, contrária a seu desejo, viesse ser vencedora, nem se preparar para essa eventual rejeição. Em suma, o referendo deveria ter sido apenas uma farsa com fins eleitorais. Cameron, enquanto líder do partido conservador, apostara erroneamente em oferecer às massas a ilusão do livre arbítrio, porém elas fizeram a escolha inesperada.

A Renegociação

Em fevereiro de 2016, o Conselho da Europa, formado pelos líderes dos países membros da União Europeia se reuniu em Bruxelas, com o intuito de examinar a pauta da renegociação do acordo do Reino Unido enquanto membro da União Europeia. Tratava-se então da renegociação prometida por Cameron em seu discurso de 2013.

Logicamente, seria impossível para o Reino Unido modificar a estrutura da União Europeia com uma mera renegociação, porém Cameron conseguiu alguns termos importantes. Sob os novos termos, o Reino Unido poderia restringir os critérios para que cidadãos europeus residentes no reino obtivessem benefícios sociais, um sistema de “freio de emergência” para garantir uma restrição à imigração no caso de um alto fluxo migratório. Teria ainda a prerrogativa dada aos parlamentos nacionais de demandar a reavaliação de leis aprovadas pelo parlamento europeu quando a maioria de seus representantes se colocassem contrários aos dispositivos legais. E, simbolicamente, conseguiu que as menções a “uma união cada vez mais próxima”, presentes em tratados da União Europeia desde a década de 90, fossem extintas em tratados referentes ao Reino Unido.²³

A Campanha

Uma comissão eleitoral foi instituída para determinar as campanhas oficiais para cada opção no referendo. No campo pela saída da União Europeia, o grupo Vote Leave (Vote Sair) foi reconhecido como o representante oficial. Pela manutenção do

²³ Documento de Conclusão da Reunião de 18 e 19 de Fevereiro de 2016:

Reino Unido na União Europeia, o grupo Britain Stronger in Europe (Bretanha mais forte dentro da Europa) foi reconhecido.

A campanha não foi dividida dentro das linhas comuns dos partidos, com o Partido Conservador declarando neutralidade, porém com seu líder, Cameron, oficialmente a favor da União Europeia (TELEGRAPH, 2016). Similarmemente, o partido Trabalhista se posicionou oficialmente como pró-União Europeia, mas não o fez com unanimidade. (GUARDIAN, 2015)

MORE JOBS. LOWER PRICES. NHS PROTECTED.

Britain is stronger, safer and better off in Europe

✓ STRONGER
A stronger economy - EU membership adds up to €91 billion a year to the UK economy (source: CBI) - meaning more money to invest in the NHS. Stronger leadership on the world stage - shaping our future by sitting at the top table. Getting more out than we put in - for every pound we put into the EU, we get almost €10 back in lower prices, more jobs and more investment (source: HMT, CBI)

✓ SAFER
Fighting cross-border crime - the European Arrest Warrant allows us to deport criminals from the UK and catch those fleeing justice across Europe. Tackling global threats like terrorism and climate change - with global threats that don't stop at borders, strength in numbers through the EU keeps UK families safer and protects our future.

✓ BETTER OFF
More jobs - over 3 million UK jobs are linked to our trade with the EU, that's one in ten jobs. (source: HMT) Lower prices for families - competition between businesses across Europe means lower prices in UK shops, cheaper flights and lower energy bills (source: European Commission, CEPR) More trade for business - 200,000 UK businesses trade with EU countries and it's home to almost half our exports (source: HMRC, ONS)

All this would be at risk if we left Europe. Experts agree that jobs would be lost, prices would rise, and there would be less money for public services, like the NHS.

strongerin.co.uk

VOTE REMAIN FOR A STRONGER BRITAIN

OUR LAST CHANCE TO TAKE BACK CONTROL

Some facts

EU law controls UK migration policy. More than a quarter of a million people came to the UK from the EU in the last 12 months - the equivalent of a city the size of Newcastle. If this continues for a decade, there will be over two million extra people. EU law means all members must accept 'free movement of people'. Many migrants contribute to society. They also affect public services.

The EU is growing. When we joined, there were 9 member states. Now there are 28, the most recent being Romania, Bulgaria and Croatia. Five more countries are in the process of joining, including Turkey. When they join, they will have the same rights as other members.

We pay about £350 million a week to the EU budget. That's about the same as the cost of building a new NHS hospital every week or hiring 600,000 nurses. We get less than half of this back and have no control over how it's spent.

The EU costs us £350 million a week... Let's take back control and spend our money on our priorities like our NHS

If we vote 'remain'... The EU will continue to control migration, trade, VAT, and vital security policies such as counter-terrorism. EU law will carry on having ultimate authority over British law. The European Court will continue to overrule our laws and will keep taking powers over how our intelligence services fight terrorism. We will not be in control of who comes in to our country, on what terms, and who we can remove. We will keep handing over £350 million of your taxes to Brussels every week.

If we Vote Leave... We will take back control. We will stop sending £350 million of our money to Brussels every week and instead spend it on our priorities like the NHS. We will control our borders. We will trade with Europe without handing over permanent control to people we cannot vote out. We will control our own economy and trade. We will retake our seats on international bodies. We will have more international influence and use it to encourage more friendly international cooperation.

It's safer to take back control than to keep giving away power and money every year to the EU.

For more information visit: voteleavetakecontrol.org/yourchoice

Vote Leave

Figura 1 - Trecho de Documento Oficial da Comissão Eleitoral do Referendo. O trecho abrange brevemente os principais pontos de cada lado da campanha. (ELECTORAL COMMISSION, 2016)

O argumento a favor de manter o Reino Unido como membro da União Europeia sob o novo acordo foca-se no campo econômico. Os grupos pró-Europa argumentam que a saída da União Europeia acarretaria em enormes perdas econômicas a longo prazo. De forma geral, o campo Remain sustenta que os custos de estar na União Europeia, como a contribuição anual de 5,7 bilhões de libras, trazem benefícios muito maiores na forma do comércio. A permanência garantiria então crescimento econômico, empregos e direitos trabalhistas, enquanto a saída traria riscos, na forma de instabilidade econômica, perda da parceria comercial com a

Europa, que acarretaria diminuição dos empregos, menores salários e preços maiores, e abandono de direitos trabalhistas (BRITAIN STRONGER IN, 2016)

Por outro lado, os movimentos pela BREXIT parecem aceitar que estão derrotados no campo econômico e argumentam por outros lados. Um dos grandes slogans da campanhas Vote Leave é “Take Back Control”²⁴. O argumento principal gira em torno da ideia segundo, a qual o Reino Unido se encontra refém das leis europeias, criadas por burocratas não eleitos e, portanto, não democráticas. Com o intuito de convencer o eleitor da importância de tomar o controle de volta, a campanha argumenta fortemente sobre a necessidade de controlar a imigração. Sua projeção para o futuro dentro da União Europeia se baseia no alarmismo, apontando as possíveis expansões futuras da União Europeia com a entrada de “países novos e mais pobres”, e a ausência de controle sobre a migração de cidadãos desses países. A campanha descarta a renegociação de Cameron, argumentando que essa não mudaria em nada de fato as questões de soberania sobre a política econômica e migratória e estaria vulnerável a ser eventualmente descartada arbitrariamente pela União Europeia. (VOTE LEAVE, 2016)

O Referendo

Referendum on the United Kingdom's membership of the European Union

Vote only once by putting a cross in the box next to your choice

Should the United Kingdom remain a member of the European Union or leave the European Union?

Remain a member of the European Union	<input type="checkbox"/>
Leave the European Union	<input type="checkbox"/>

Figura 2 - Cartão de Voto do Referendo (ELECTORAL COMMISSION, 2016)

24 Tome o Controle de Volta. (Tradução do autor)

O referendo em si ocorreu ao longo do dia 23 de Junho de 2016. A pergunta posta ao eleitorado foi “Should the United Kingdom remain a member of the European Union or leave the European Union?”, permitindo apenas o voto em “Remain a member of the European Union ²⁵” ou “Leave the European Union ²⁶”. Um voto por continuar significaria então que o governo conservador seguiria em frente com a renegociação iniciada por Cameron, enquanto o voto pela saída significaria descartar o acordo e abandonar a posição de membro da União Europeia.

O resultado foi divulgado na manhã do dia seguinte, 24 de junho, com uma vitória apertada pela saída da União Europeia, com 51, 89% dos votos, contra 48,11% pela permanência no bloco. Na mesma manhã, Cameron oficialmente anunciava sua renúncia à liderança do país, tendo falhado em convencer o povo britânico a apoiar seus novos termos de associação com a UE.

Crise de Migração e os Perdedores da Globalização

Seguindo os eventos do alargamento da União Europeia ao Leste, em 2004 e 2007, o Reino Unido equivocadamente seguiu uma política pouca restritiva a imigrantes vindos dos países que recentemente aderiram à união. Porque dizer equivocadamente? Segundo BREXIT and British Politics, o governo britânico à época, prevendo a onda migratória que resultaria do da expansão da União rumo ao leste, realizara um estudo quanto ao número total estimado de imigrantes que viriam ao Reino Unido caso nenhum dos países já membros da União Europeia realizasse políticas de restrição a imigração. Os números estimados entre 5000 e 13000 ao ano, foram considerados aceitáveis pelo governo, que permitiu que a imigração seguisse irrestrita. Entretanto, países como a Alemanha e a França estabeleceram barreiras à imigração de cidadãos dos novos países membros, e, por consequência, muitos dos imigrantes que poderiam ter ido para esses países rumaram para a Grã Bretanha. O resultado final de uma política de imigração equivocada foi um fluxo migratório

²⁵ Continuar um membro da União Europeia (Tradução do autor)

²⁶ Sair da União Europeia (Tradução do autor)

muito grande para o Reino Unido, estimado em cerca de 50000 imigrantes ao ano. (EVANS; MENON, 2017, p. 15)

Essa situação, tornada ainda mais crítica em razão da crise de refugiados do Oriente Médio a partir de 2010, faz da migração uma das questões principais do debate político britânico.

Um ponto de campanha que até mesmo os opositores da BREXIT tiveram que aceitar como verdadeiro foi de que a saída da União permitiria um maior controle sobre a imigração no Reino Unido. Em suma, votar pela BREXIT era um voto pelo maior controle sobre o número de imigrantes.

Interessantemente, com a crise internacional subprime de 2008, regiões do Reino Unido são afetados diferentemente. Londres, que é um centro financeiro de importância para a Europa, se mantém próspero apesar das dificuldades da crise internacional e da crise da zona do Euro. Por outro lado, muitas regiões do país, especialmente nos subúrbios e nas regiões norte, se encontram com dificuldades econômicas. Notavelmente, um episódio que ilustra o caso da percepção popular acerca da divisão econômica é contado pelo pesquisador Anand Menon, do King's College de Londres. Em uma palestra em Newcastle, no norte da Inglaterra, ele convidou a plateia a imaginar as perdas econômicas que poderiam ser trazidos pela BREXIT. Uma senhora na plateia teria retrucado para ele. “É a perda do seu PIB, não o nosso!”. (MENON, 2016) Este é o retrato de uma nação dividida, em que parte da população não se considera beneficiária da participação na União Europeia.

Kirby Swales em *Understanding the Leave Vote* faz um levantamento das características dos eleitores que votaram pela saída da União Europeia. Segundo os dados que ele levanta, apoiam a BREXIT aproximadamente: 78% dos cidadãos sem formação de nível superior, 66% dos que possuem renda mensal menor do que mil e duzentas libras, 70% dos eleitores em situação de aluguel em habitações sociais, 70% das pessoas que dizem estar com dificuldades financeiras, 73% das pessoas que dizem que o Reino Unido tem piorado na última década, 76% dos que se acham mais prejudicados do que os outros ao seu redor e 59% dos que se descreveram como “classe trabalhadora”. (SWALES, 2016)

Olhando os dados de Swales, pode-se concluir o perfil do cidadão britânico que votou a favor da BREXIT: é o típico trabalhador com baixa instrução que se enxerga tendo uma piora na condição de vida nas últimas décadas. São eles os perdedores do mundo globalizado. De certa forma, pode-se acreditar que a campanha

Vote Leave encontrou um terreno fértil para sua retórica que culpava os poderosos burocratas em Bruxelas pela decadência britânica.

Euroceticismo

Em *Brexit and British politics*, Evans e Menon argumentam que o euroceticismo, como é chamado a corrente de pensamento que denuncia a integração com a Europa como nociva, fundamenta-se em três aspectos fundamentais: controle, dinheiro e imigração. Controle trata da perda de soberania, a primazia das leis europeias sobre as leis nacionais, medo do Reino Unido se tornar vítima de um "Superestado" europeu, eventualmente não mais do que uma província nos "Estados Unidos da Europa". Dinheiro, conforme imortalizado no bordão "I want my money back" de Thatcher, não se trata de um cálculo econômico frio, de custos e benefícios da associação com a Europa, mas, desde a entrada na Comunidade Econômica Europeia, o Reino Unido se enxerga como um membro financeiramente injustiçado do bloco, forçado a pagar caro pelo privilégio de financiar os membros no continente europeu. E imigração, conforme visto anteriormente, trata do temor da incapacidade do Estado britânico de freiar ondas migratórias.

Segundo Goodman (p.42), ao olhar para o projeto de integração europeu os britânicos tipicamente enxergam apenas a perda de soberania, a burocracia de Bruxelas, os problemas orçamentários e as consequências da Política Agrária Comum.

Em "Why is Britain eurosceptic?", Charles Grant (2008) fala sobre o motivo de o Reino Unido ser tido como um país eurocético, vulgo, que duvida do projeto de integração europeu e sua estrutura multilateral. Ele oferece quatro explicações: a geografia, sendo o Reino Unido um país insular cujas principais expansões foram territórios muito distantes da Europa; o fator histórico, especialmente a Segunda Guerra Mundial tendo forjado uma identidade britânica de resistência contra um continente dominado pelo nazismo; a economia, argumentando que a performance acima da média do Reino Unido durante a década de 90 e 2000 até a crise de 2008 gera um certo desdém pelas políticas econômicas do continente; e, por último, o fator mídia, alegando que a imprensa britânica é tradicionalmente eurocética. Ele conclui

que estes fatores combinados levam a manutenção de uma classe política com pouco entusiasmo pela União Europeia. Porém, o autor manifesta esperança que o euroceticismo diminua com o tempo, alegando que o Reino Unido tem muito em comum com o resto da Europa em sua forma de conduzir política internacional e econômica, muito mais até do que com os Estados Unidos, seu aliado tradicional.

Conforme Nicholas Startin (2015), o fenômeno do euroceticismo é entendido, dentro da União Europeia, como profundamente britânico, tendo entrado no vocabulário inglês na década de 80. Ele argumenta que existem três momentos dirigentes do euroceticismo: o primeiro, o Tratado de Maastricht, coloca em questão o projeto de integração europeia, uma comunidade econômica ou uma organização supranacional; o segundo, a entrada de países novos no bloco em 2004 e 2007, ex-membros do bloco comunista, dando munição para um discurso xenofóbico que levantava a questão da imigração, deslocamento de empresas e perda de empregos; e o terceiro sendo a crise econômica de 2008 e a atual crise da zona do euro levantando questionamentos sobre a eficácia do modelo europeu de integração. O autor, assim como Grant, acusa também a mídia britânica de reforçar a narrativa eurocética, alegando que a escolha racional estava sendo esmagada sob questões emocionais sobre conceitos de identidade e soberania.

Daddow (2013) identifica o euroceticismo como sendo ‘uma corrente de pensamento que compreende o Reino Unido como sendo não apenas geograficamente separado da Europa continental, mas também psicologicamente distante dos esforços de integração iniciados pelo Tratado de Roma em 1957’ (Tradução Livre). Segundo ele, o modelo popular de política externa defendido já desde Churchill argumenta que existem três círculos de atuação para a política externa britânica, um círculo de trata dos países pertencentes ao Commonwealth britânico, o outro lida com países de língua inglesa, como os Estados Unidos, e o último lidando com as questões europeias sendo o menos prioritário.

Ainda segundo Daddow (2013), a grande ambição do mandato do primeiro ministro Tony Blair, de 1997 a 2007, em relação a questão europeia foi a tentativa de criar um sentimento pró-união europeia no público britânico. Nisto, ele argumenta que o governo de Blair fracassou, citando sua outra obra Daddow (2011), através de pesquisas de opinião feitas pela União Europeia indicando que, em 2007, ano final do mandato de Blair, o apoio da União Europeia dentro do Reino Unido estava pouco acima da média dos outros países da União, enquanto as críticas à União Europeia

estavam aproximadamente no dobro da média. É necessário considerar que a própria obra que ele cita é publicada antes da crise internacional de 2007, a crise da zona do euro e a crise de imigração, então não é impossível que esse apoio tenha mudado após a publicação, porém seu dado sugere um ponto interessante, que corrobora as ideias de Grant e Startin, sobre o euroceticismo gozar de grande espaço na mídia.

Szucko, em *União Europeia em definição*, utiliza os dados do Eurobarometro, uma pesquisa feita pela própria União Europeia. Segundo os dados do Eurobarometro, quando questionados sobre se os entrevistados se sentiam parte da União Europeia, a média de respostas positivas pelos britânicos foi consideravelmente menor do que a media da União Europeia como um todo. Se questionados sobre como se identificavam, a maioria dos britânicos se identificava como britânico e não europeu, ou britânico e europeu, com uma percentagem muito pequena se considerando “Europeu”. Isso revela que, para a população britânica em geral, a Europa ainda é uma terra distante a qual eles não necessariamente pertencem. Nesse sentido, parece que o resultado do reflexo seja parcialmente o resultado de uma população que não se sente europeia, e, portanto, considera válido divorciar-se da União Europeia.

5. Considerações finais

À partir da análise de fatos que marcaram o processo de constituição da União Européia, o presente trabalho buscou destacar a posição cautelosa adotada, desde o início do projeto de integração, pelo Reino Unido até a decisão da vontade popular britânica de saída da organização. Nesse traçado, vários aspectos foram abordados, dentro evidentemente das possibilidades de uma monografia, que nos permitem avançar algumas questões, merecedoras de desdobramentos reflexivos futuros.

Observa-se, então, que a União Européia, nascida de um projeto de paz, carrega na sua concepção aspectos como a culpabilização do nacionalismo, entendido como responsável pelas guerras mundiais. Acusa-se de ter sido ela sempre planejada para ser uma “união cada vez mais próxima”, conforme declarado em muitos de seus tratados, de poderosas instituições supranacionais, que eventualmente possibilitasse o surgimento de uma identidade europeia. Ora, se ela nasceu de um ideal de federalização, um sonho de uma Europa unida governada por um governo não mais nacional, mas Europeu, ela de fato caminha para isso atualmente? Sabendo-se que projetos de integração lidam com a perda de soberania, em favor de tratados e instituições supranacionais, pode uma entidade supranacional como a União Europeia eventualmente suplantar o Estado-nação?

No que se refere relação estabelecida pelo Reino Unido com o projeto da União Européia, percebe-se que ele se viu com poucas escolhas, exceto a de associar-se à Comunidade Econômica Europeia. Ele desejava entrar na CEE, sob suas próprias condições, e parece ter tido como principal intenção transformar as estruturas da CEE uma vez Estado membro da organização. Uma questão se impõe: até que ponto o Reino Unido foi efetivamente capaz de influenciar o desenvolvimento das políticas da CEE?

Ao chegarmos ao referendo britânico de 2016, outras questões se colocam. A retórica populista de “Take Back Control”, alegando que era necessário retomar o controle de uma elite burocrática em Bruxelas parece ter convencido o eleitorado. Entretanto, quanto controle de fato “falta” à população dos países europeus? Em outras palavras, a União Europeia é antidemocrática?

O teste do referendo é um exemplo dos perigos da imprevisibilidade da democracia direta. Cameron, em uma tentativa de consolidar sua posição política,

acabou por colocar em risco um elemento chave da política externa britânica. O resultado do referendo, com o sucesso daqueles que discursavam contra uma estrutura supostamente formada por uma elite burocrática demonstra a necessidade de garantir, ou até mesmo construir, um consenso democrático ao redor de tais planos de integração.

A saída iminente do Reino Unido pode ter dado ânimo a movimentos eurocéticos através do bloco, porém sozinho não é ainda um presságio do fim da União Europeia. O que é, de fato, é um sintoma de que a UE como existe hoje, enfrentando a crise do Euro e a crise dos refugiados, pode estar angariando cada vez menos simpatias. A saída do Reino Unido pode vir a se tornar um caso de teste para o continente. Uma saída que traga ao Reino Unido grande crescimento pode sinalizar aos membros atuais que existe um futuro fora da UE.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Perry. **The New Old World**. Londres: Verso, 2009.

ANDERSON, Perry. **Why the system will still win**. Le Monde Diplomatique, 2017. Disponível em <<https://mondediplo.com/2017/03/02BREXIT>> Acessado em: 20 de julho de 2017

BALASSA, Bela. **Teoria da Integração Econômica**. Lisboa; Clássica, 1982.

BERTHOIM, Georges. **Interview**. 22/07/2005. Disponível em: <https://www.cvce.eu/obj/interview_de_georges_berthoin_paris_22_juillet_2005_extrait_la_premiere_candidature_d_adhesion_du_royaume_uni_aux_communautes_europeennes-fr-791dac1b-b6d5-4171-b423-a4e6eaf5fa33.html>. Acessado em: 07 de abril de 2018.

BRITAIN STRONGER IN. **Get the Facts**. Disponível em: <https://www.strongerin.co.uk/get_the_facts#0#sgRby11DqW5xgJqs.97> Acessado em 16 de Março de 2018.

BURKE, Peter, PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **Os Ingleses**. São Paulo: Contexto, 2016.

BUTLER, David; KITZINGER, Uwe. **The 1975 Referendum**. London: Macmillan, 1999.

CAROLAN, Bruce. (2008) : **The Birth of the European Union: US and UK Roles in the Creation of a Unified European Community**.Tulsa Journal of Comparative & International Law, Vol. 16, No. 1, 2008.

CAMERON, David. **Proposição do Referendo**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/politics/2013/jan/23/david-cameron-eu-speech-referendum>> Acessado em: 07 de agosto de 2017.

CMCE - Conselho de Ministros da Comunidade Econômica Europeia. **Note d'information confidentielle**. Réunion du 26/06/1959. Disponível em: <

https://www.cvce.eu/obj/note_d_information_confidentielle_26_fevrier_1959-fr-ae76345b-0a1c-453a-be9b-18addc66f4e7.html> Acessado em: 08 de abril de 2018.

CMCE - Conselho de Ministros da Comunidade Económica Europeia. **Convention instituant l'Association européenne de libre-échange**. 04/01/1960. Disponível em: <https://www.cvce.eu/obj/convention_instituant_l_association_europeenne_de_libre_echange_4_janvier_1960-fr-f47b44bd-2c95-4f80-b9a3-7c4964b2611f.html> Acessado em: 08 de abril de 2018.

CHURCHILL, Winston. **Something to Astonish You**. Disponível em: <http://www.churchill-society-london.org.uk/astonish.html>. Acessado em: 17 de março de 2018.

DADDOW, Oliver. Margaret Thatcher, Tony Blair and the Eurosceptic Tradition in Britain. **British journal of politics and international relations**, [S.l.], v.36, n.2, p.210-227, 2013.

DE GAULLE, Charles. **Conférence de presse**. (sur l'entrée de la Grande-Bretagne dans la CEE. 14/01/1963. Disponível em: <<http://fresques.ina.fr/de-gaulle/fiche-media/Gaulle00085/conference-de-presse-du-14-janvier-1963-sur-l-entree-de-la-grande-bretagne-dans-la-cee.html>>. Acessado em: 18 de março de 2018.

_____. **Conférence de presse tenue à l'Élysée**. 27/11/1967. Disponível em:

<https://www.cvce.eu/obj/conference_de_presse_du_general_de_gaulle_tenue_a_l_elysee_27_novembre_1967-fr-fe79955c-ef62-4b76-9677-dce44151be53.html>

Acessado em: 18 de março de 2018

ELECTORAL COMMISSION. **The 2016 Referendum EU Voting Guide**. Disponível em: <<https://digital.library.lse.ac.uk/objects/lse:soc682tab>> Acessado 15 de março de 2018.

EUROPEAN COMMISSION. **Jean Monnet**: The unifying force behind the birth of the European union. Disponível em: <https://europa.eu/european-union/sites/europa.eu/files/docs/body/jean_monnet_en.pdf> Acessado em: 5 de maio de 2018)

EUROPEAN UNION. **Documents and publications.** Disponível em: https://europa.eu/european-union/index_en . Acessado em: 12 de setembro de 2017.

EUROPEAN UNION LAW. **Treaty of Maastricht on European Union.** Disponível em: https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/treaty_on_european_union_en.pdf>. Acessado em: 01 de março de 2018.

_____. **The Shengen Area and Cooperation.** Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=LEGISSUM:l33020>>. Acessado em : 28 de março de 2018

EVANS, Geoffrey; MENON, Anand. **BREXIT and British Politics.** Hoboken: John Wiley & Sons, 2017.

GOODMAN, Stan. **The European Union.** London: Palgrave Macmillan, 1996.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **United Kingdom -- 2001 IMF Article IV Consultation, Concluding Statement of the Mission.** Disponível em: <http://www.imf.org/en/News/Articles/2015/09/28/04/52/mcs121101>>. Acessado em: 4 de dezembro de 2017.

GRANT, Charles. **Why is Britain eurosceptic?** London: Centre for European Reforms, 2008. Disponível em: <http://www.cer.eu/publications/archive/essay/2008/why-britain-eurosceptic>>. Acessado em: 10 de abril de 2018.

GUARDIAN. **Alan Johnson to head Labour Yes campaign for EU Referendum.** Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2015/jun/18/alan-johnson-to-head-labour-yes-campaign-for-eu-referendum>> . Acessado em 9 de Março de 2018.

GUDYNAS, Eduardo, BUONOMO, Mariela. **Integración y comercio. Diccionario latinoamericano de términos y conceptos.** Montevideo: Coscoroba, CLAES y OXFAM, 2007.

HEATH, Edward; POMPIDOU Georges. **Final communiqué of the Heath-Pompidou meeting.** 21/05/1971. Disponível em: <https://www.cvce.eu/en/obj/final_communique_of_the_pompidou_heath_meeting_paris_21_may_1971-en-80a8172a-0ed9-465d-b90c-76b58cd02d33.html>. Acessado em: 23 de abril de 2018.

HOBSBAWN, Eric. **The Age of Extremes.** London: Abacus, 1995.

JULIOS, Christina. **Contemporary British Identity: English language, Migrants and Public Discourse** . Aldershot: Ashgate, 2008.

MENON, Anand. **2016: A review.** Disponível em < <http://ukandeu.ac.uk/2016-a-review/>> Acessado em 3 de maio de 2018.

MILWARD, Alan. **The European Rescue of the Nation State.** Abingdom: Routledge, 1999.

PARTIDO CONSERVADOR BRITÂNICO. **The Conservative Party Manifesto 2015.** Disponível em: <<https://www.conservatives.com/manifesto2015>> Acessado em 25 de agosto de 2017.

PARLIAMENT OF THE UNITED KINGDOM OF GREAT BRITAIN AND NORTHERN IRELAND. **Debates in House of Commons.** 16-17/05/1961. Disponível em: <https://www.cvce.eu/obj/parliamentary_debates_in_the_house_of_commons_16_17_may_1961-en-a3c72480-bae9-43e7-a818-013d43c6652b.html>. Acessado em 28 de março de 2017.

_____. **Debates in House of Commons.** 12/12/1996. Disponível em <<https://publications.parliament.uk/pa/cm199697/cmhansrd/vo961212/debtext/61212-13.htm>> . Acessado em 2 de Abril de 2018

PERISIC, Bojana. **Britain and Europe: a history of difficult relations.** Berlin: Institute for Cultural Diplomacy, 2010.

SCHUMAN, Robert. **La déclaration Schuman du 9 mai 1950**. Disponível em: https://europa.eu/european-union/about-eu/symbols/europe-day/schuman-declaration_fr. Acessado em: 15 de outubro de 2017.

SHIPMAN, Tim. **All Out War: The Full Story of Brexit**. London: Harper Collins, 2016.

STARTIN, Nicholas. Have we reached a tipping point? The mainstreaming of Euroscepticism in the UK. **International Political Science Review**, [S.l.], v.36, p.311-323, 2016.

SZUCKO, Angelica. **União Europeia em Redefinição: Reflexos Identitários no Resultado do Referendo Britânico**. Painel: União Europeia – parcerias e desafios.

TELEGRAPH. **Conservatives to stay neutral during EU Referendum**. Disponível em:

<<https://www.telegraph.co.uk/news/newsttopics/eureferendum/11880864/Conservative-Party-to-stay-neutral-during-EU-referendum.html>> . Acessado em 5 de Março de 2018.

THATCHER, Margaret. **The Bruges Speech**. Disponível em: <<http://www.margaretthatcher.org/document/107332>> Acessado em: 14 de março de 2018.

VOTE LEAVE. **Why Vote Leave**. Disponível em: <http://www.voteleavetakecontrol.org/why_vote_leave.html> Acessado em: 15 de março de 2018.

WILSON, Harold. **Council of Europe-Consultative Assembly**. 23/01/1967.

Disponível em:

<https://www.cvce.eu/obj/address_given_by_harold_wilson_strasbourg_23_january_1967-en-3ea15ccc-11b8-4783-8083-405f2b2cf404.html>. Acessado em: 27/03/2018.